

Colégio  
M0001Sala  
0001Ordem  
0001

Agosto/2025

**Concurso Público para Provimento de Cargos de  
Analista Judiciário – Área Administrativa  
Especialidade Contabilidade**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 004

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-004

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Redação

**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Compreender que há vantagens e desvantagens em tudo  
facilita as escolhas.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 60 questões numeradas de 1 a 60 e se contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.

Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, caneta marca texto, líquido corretivo, régua, borracha ou calculadora durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação com outras pessoas, ou utilizando-se de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

**Compreensão do tempo histórico**

*Quando cada instante do tempo que vivemos está vazio, ele não pode ser estimulado por uma expectativa promissora, por uma esperança. No entanto, se ele está sobrecarregado a ponto de explodir, fervilhando com o peso de todos os momentos anteriores, ele não dispõe de capacidade de provisão necessária para se abrir positivamente. Existe uma tensão entre a antecipação e a realização, entre o vazio do momento atual e a expectativa de que a qualquer momento ele será preenchido satisfatoriamente.*

*Para quem só se alimenta da ideia do progresso, todos os momentos são desvalorizados pelo fato de que cada um deles não passa de um degrau para o seguinte, o presente sendo uma prancha que desembarca no futuro. Cada átimo de tempo é depreciado em relação a uma infinidade de átimos que ainda virão, numa espécie de visão do progresso eterno.*

*A perspectiva de eternidade progressiva priva a história humana de seu caráter dramático, nela não se consegue perceber que não são os sonhos de que seus netos sejam livres que estimulam os homens e as mulheres a se revoltar, mas as lembranças de seus antepassados oprimidos. É o passado que nos fornece os recursos para ter esperança, e não simplesmente a possibilidade teórica de um futuro um pouco mais gratificante. É assim que o filósofo alemão Ernst Bloch pode falar do "futuro ainda não cumprido no passado".*

*Devemos nos esforçar, portanto, para manter o passado inacabado, recusando-nos a aceitar sua aparência de encerramento como palavra final, abrindo-o novamente ao reescrever sua fatalidade aparente sob o signo da liberdade crítica.*

(Adaptado de EAGLETON, Terry. **Esperança sem otimismo**. Trad. Fernando Santos, São Paulo: Editora Unesp, 2023, p. 49-50)

1. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
  - (A) *possibilidade teórica de um futuro um pouco mais gratificante* (3º parágrafo) = virtualidade abstrata de um porvir um tanto mais positivo
  - (B) *manter o passado inacabado* (4º parágrafo) = retificar o caráter inconcluso do que passou
  - (C) *estimulado por uma expectativa promissora* (1º parágrafo) = induzido pela prevenção de uma promessa
  - (D) *uma prancha que desembarca no futuro* (2º parágrafo) = uma embarcação que se vislumbra no destino
  - (E) *priva a história humana de seu caráter dramático* (3º parágrafo) = provê de tensão o senso histórico da humanidade

---

2. De acordo com a tese defendida pelo autor ao longo do texto, o passado
  - (A) requer que seja imobilizado em sua verdade própria para servir como exemplo para os nossos passos futuros.
  - (B) constitui um tempo cuja extinção histórica deve servir como alerta para que épocas futuras não tenham o mesmo destino.
  - (C) deve ser compreendido como um momento cuja superação depende da linha progressista em que o concebemos.
  - (D) é um tempo estimulante na medida em que nos abasteça de recursos capazes de mobilizar nossa esperança.
  - (E) pode nos mobilizar positivamente quando somos capazes de tomá-lo como inspiração para a escalada do progresso.

---

3. A formulação do tempo proposta por Ernst Bloch argumenta em favor da seguinte ideia do texto:
  - (A) *possibilidade teórica de um futuro um pouco mais gratificante* (3º parágrafo)
  - (B) *recusando-nos a aceitar sua aparência de encerramento* (4º parágrafo)
  - (C) *não dispõe de capacidade de provisão necessária para se abrir positivamente* (1º parágrafo)
  - (D) *Cada átimo de tempo é depreciado em relação a uma infinidade de átimos* (2º parágrafo)
  - (E) *o presente sendo uma prancha que desembarca no futuro* (2º parágrafo)



4. *Para quem só se alimenta da ideia do progresso, todos os momentos são desvalorizados.*

A frase acima permanecerá correta e coerente caso uma nova redação, iniciada por **A desvalorização de todos os momentos**, se complemente com

- (A) restringe-se a quem acusa a ideia do progresso.
- (B) afeta tão somente ao entusiasta da ideia do progresso.
- (C) se dá para quem se nutre exclusivamente da ideia do progresso.
- (D) desfavorecem os que têm como alimento a ideia do progresso.
- (E) exclui quem não dispensa a ideia do progresso.

5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- (A) Ao se privarem dos valores do passado, a geração dos mais jovens fica mais pobre.
- (B) Estimam-se que os eventos trágicos tornam-se farsas quando se repetem.
- (C) Não deveriam haver tensões entre a antecipação e a realização dos fatos desejáveis.
- (D) Ainda quando se apresenta situações passadas como mortas, não se deve subestimá-las.
- (E) Deve-se às lembranças vivas do passado o reconhecimento do que nos legaram.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 9, baseie-se no texto abaixo.

### Imagens e palavras

*Alguém terá dito: "Uma imagem vale por mil palavras" – frase que ganhou fama e foro de verdade. Mas o escritor e artista gráfico Millôr Fernandes, que transitou toda a sua vida entre desenhos e textos, retrucou ao desconhecido autor da frase: "Diga isso sem palavras". Para fazer justiça à linguagem verbal, Millôr desafia qualquer imagem a formular um conceito.*

*Melhor será, para lembrar outra frase famosa, acreditar em "A cada um o que é seu". A imagem tem o impacto imediato de sua aparição visível, de sua epifania impositiva. As palavras conceituais pedem uma compreensão interiorizada da construção de seu sentido. Uma fotografia faz surgir diante de nós uma captação de um elemento da realidade; já a imagem verbal se impõe também pelo som das palavras que a traduzem e depende muito de uma visualização algo fantasiosa.*

*Humoristas, cartunistas e redatores sabem muito bem o que podem fazer para alcançar o riso de seu público. A imagem do humor promove, por exemplo, uma discrepância entre a figura imprevista e uma expectativa convencional: o que deveria ser levado a sério se vê desvestido e exposto ao riso da surpresa. Já as palavras do humor escrito promovem basicamente um desencontro entre a gravidade de uma situação e o desbocamento verbal, ou uma alteração drástica de sentido que torna ridícula uma elocução moralista.*

*Como as artes não precisam se excluir, até porque muitas vezes se associam e se complementam, imagens e palavra por vezes se somam de modo a intensificar uma o sentido da outra. Outras linguagens artísticas, como a literatura e a música, por exemplo, podem associar-se, compor canções notáveis, tanto no registro mais popular como no erudito. Digamos então que tanto a legenda de uma foto pode ser vital para contextualizar uma imagem, como uma pintura associada a um poema empresta a ele um horizonte de projeção.*

(Claudionor Martinho, a editar)

6. Diante da frase "*Uma imagem vale por mil palavras*", Millôr Fernandes

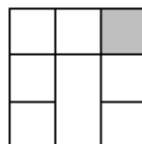
- (A) lembrou que o limite próprio das imagens visuais impede que elas possam expressar os conceitos a que só a linguagem verbal tem acesso.
- (B) retrucou com grande ironia, demonstrando que o apelo de toda imagem visual deve ser entendida a partir de uma interpretação discursiva.
- (C) relativizou com propriedade, ao provar que os conceitos verbais podem ter tanto impacto visual como o das imagens plásticas.
- (D) considerou sua justeza, reconhecendo a capacidade de síntese de uma imagem visual que a imagem verbal não pode entender.
- (E) admitiu que ela seja verdadeira, desde que também sejam reconhecidas como imagens as que são acionadas numa linguagem figurada.



7. A correta transposição para a voz passiva da frase *Millôr desafia qualquer imagem a formular um conceito* levará às seguintes formas verbais:
- (A) é desafiado / é formulado nela  
(B) fora desafiada / teria formulado  
(C) terá desafiado / tem formulado  
(D) é desafiada / seja nela formulado  
(E) tem desafiado / formular-se
- 
8. A frase "*A cada um o que é seu*" (2º parágrafo), uma vez aplicada aos universos das diversas artes, se mostrará
- (A) enganosa, pois é conhecida a possibilidade que têm as artes de se relacionarem entre si e assim potenciarem o seu sentido.  
(B) errônea, pois a liberdade de criação de cada manifestação artística não permite identificar o que é próprio de sua linguagem.  
(C) verdadeira, pois deve ser reconhecido o limite estanque de atuação de cada uma das linguagens artísticas.  
(D) ingênua, pois cada uma das linguagens artísticas tem uma identidade dependente da sua interação com as demais.  
(E) inválida no caso da linguagem verbal, uma vez que esta não goza da autonomia que é própria da linguagem visual.
- 
9. No terceiro parágrafo, as formas de humor alcançadas por cartunistas e redatores têm como elemento comum as operações que se exprimem nos efeitos de
- (A) *alteração e desbocamento verbal.*  
(B) *expectativa e elocução moralista.*  
(C) *discrepância e desencontro.*  
(D) *figura imprevista e riso da surpresa.*  
(E) *gravidade e expectativa convencional.*

#### Raciocínio Lógico-Matemático

10. A soma de 3 números inteiros, positivos e distintos entre si é 9. Se o produto desses três números é 15, a soma do maior com o menor desses números é
- (A) 5.  
(B) 9.  
(C) 8.  
(D) 6.  
(E) 7.
- 
11. Em uma prova de matemática, a nota de Carlos foi maior do que a de Márcia e menor do que a de Ana. A nota de Ana foi maior do que a de Débora, que não foi menor do que a de Carlos. Se Otávio não teve nota maior do que Márcia, é correto afirmar que
- (A) Márcia teve nota maior do que Débora.  
(B) Carlos teve nota menor do que Otávio.  
(C) Otávio, e somente ele, teve a menor nota do grupo.  
(D) Débora teve a maior nota do grupo.  
(E) Ana, e somente ela, teve a maior nota do grupo.
- 
12. Os números 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 devem ser colocados nos quadradinhos da figura de forma que os números cresçam da esquerda para a direita e de cima para baixo.



Considere todos os números que podem aparecer no quadradinho cinza. A soma desses números é

- (A) 12.  
(B) 13.  
(C) 11.  
(D) 10.  
(E) 9.



13. Um supermercado está fazendo a seguinte promoção em dois produtos:

|                    | Preço unitário | Preço Promocional             |
|--------------------|----------------|-------------------------------|
| Óleo de Soja (5 L) | R\$ 40,00      | 50% de desconto na 2ª unidade |
| Azeite             | R\$ 45,00      | 40% de desconto na 3ª unidade |

João comprou 2 unidades de óleo de soja e 3 unidades de azeite. Em relação ao custo original, João economizou entre

- (A) 30% e 35%.  
 (B) 25% e 30%.  
 (C) 20% e 25%.  
 (D) 10% e 15%.  
 (E) 15% e 20%.

#### Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

14. O Município de São Paulo pretende construir um passeio público em área importante da cidade, de forma a garantir a segurança e a acessibilidade da população paulistana. No que concerne às características do passeio público, previsto expressamente na Lei nº 10.098/2000,
- (A) constitui elemento obrigatório de urbanização, todavia não faz parte da via pública.  
 (B) não constitui elemento obrigatório de urbanização, mas consiste em parte da via pública, normalmente segregado e em nível diferente.  
 (C) destina-se somente à circulação de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano e de vegetação.  
 (D) trata-se de elemento obrigatório de urbanização e parte da via pública, excepcionalmente segregado e no mesmo nível.  
 (E) destina-se somente à circulação de pedestres, não se admitindo sua destinação para implantação de mobiliário urbano ou vegetação.
15. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, o consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é indispensável para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica. Sobre o tema, considere a seguinte situação hipotética: Ana é pessoa com deficiência em situação de curatela. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, eventual pesquisa científica, envolvendo Ana, deve ser realizada,
- (A) em caráter excepcional, apenas quando houver indícios de benefício direto para a saúde de Ana, independentemente de existir outra opção de pesquisa de eficácia comparável com participantes não tutelados ou curatelados.  
 (B) como regra, e sempre que necessário, exigindo-se, apenas, que haja indícios de benefício direto para a saúde de outras pessoas com deficiência.  
 (C) em caráter excepcional, apenas quando houver indícios de benefício direto para a saúde de outras pessoas com deficiência, independentemente de existir outra opção de pesquisa de eficácia comparável com participantes não tutelados ou curatelados.  
 (D) como regra, e sempre que necessário, independentemente de qualquer outro requisito legal, dada a relevância de pesquisas científicas.  
 (E) em caráter excepcional, apenas quando houver indícios de benefício direto para a saúde de Ana ou para a saúde de outras pessoas com deficiência e desde que não haja outra opção de pesquisa de eficácia comparável com participantes não tutelados ou curatelados.

#### Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

16. Considere:
- I. Lavar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a ser homologado pelo(a) Diretor(a)-Geral de Administração, quando a violação ao Código de Ética não importar em dano de maior gravidade ou afronta direta aos princípios que regem a Administração Pública, desde que haja o reconhecimento da falta e o compromisso de reparação do eventual dano.  
 II. Sugerir instauração de processo para apuração de conduta que viola as normas éticas, desde que haja indícios suficientes.  
 III. Apresentar relatório semestral de suas atividades à Presidência do Tribunal, contendo a avaliação da atualidade do Código de Ética e as propostas e sugestões para seu aprimoramento e modernização.  
 IV. Apresentar o Código de Ética aos novos(as) servidores(as).

No que diz respeito às atribuições do Comitê de Ética e Integridade previstas no Código de Ética dos(as) servidores(as) do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, está correto o que consta APENAS em

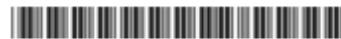
- (A) I e III.  
 (B) II, III e IV.  
 (C) I, II e IV.  
 (D) I e II.  
 (E) III e IV.



17. Nos termos do Código de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, ao(à) servidor(a) do referido Tribunal é permitida a aceitação de brindes, contanto que atendidos certos requisitos. O primeiro deles dispõe que os brindes não tenham valor comercial ou sejam distribuídos por entidade de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos ou datas comemorativas de caráter histórico ou cultural, desde que não ultrapassem determinado valor unitário. O segundo requisito exige o respeito a um lapso temporal quanto à periodicidade da distribuição. Por fim, o terceiro requisito dispõe que tais brindes sejam de caráter geral, não se destinando a agraciar exclusivamente uma determinada pessoa. Acerca dos requisitos narrados, os brindes, para serem permitidos,
- (A) podem atingir o valor unitário máximo de R\$ 150,00, e a periodicidade da distribuição não deve ser inferior a 24 meses.
  - (B) não devem ultrapassar o valor unitário de R\$ 100,00; e a periodicidade da distribuição não deve ser inferior a 12 meses.
  - (C) podem atingir o valor unitário máximo de R\$ 200,00, e a periodicidade da distribuição deve ser superior a 15 meses.
  - (D) não devem ultrapassar o valor unitário de R\$ 200,00; e a periodicidade da distribuição deve ser superior a 20 meses.
  - (E) podem atingir o valor unitário máximo de R\$ 150,00, e a periodicidade da distribuição deve ser superior a 15 meses.

#### Noções de Informática

18. A servidora Ana trabalha na vara civil de um tribunal e frequentemente acessa sistemas judiciais, manipula documentos sigilosos e recebe *e-mails* com arquivos anexos. Recentemente, percebeu lentidão no computador e janelas *pop-up* incomuns. Para evitar riscos à integridade e confidencialidade das informações tratadas, Ana decide adotar boas práticas de segurança digital com base na ação correta e segura no contexto da administração pública, que é:
- (A) compartilhar senhas com colegas de equipe, desde que o objetivo seja facilitar o trabalho conjunto em processos urgentes.
  - (B) abrir os arquivos no *e-mail* institucional, pois isso garante que estão livres de vírus.
  - (C) desativar temporariamente o antivírus para permitir a abertura de anexos recebidos por *e-mail* institucional, confiando que se trata de documentos judiciais.
  - (D) manter o antivírus e o *firewall* ativados, evitar abrir anexos suspeitos e acionar a equipe de TI ao notar comportamentos anormais no sistema.
  - (E) instalar *softwares* baixados de sites alternativos, desde que usados por colegas de trabalho a fim de agilizar o acesso aos documentos.
19. No Windows 10, a ação corretamente descrita é:
- (A) O Explorador de Arquivos permite acessar rapidamente pastas como Documentos, *Downloads* e Área de Trabalho através do menu "Acesso Rápido".
  - (B) A Cortana, assistente virtual da *Microsoft*, é obrigatoriamente ativada por padrão e não pode ser desativada.
  - (C) O Gerenciador de Tarefas pode ser acessado pressionando Ctrl + Alt + A.
  - (D) O Painel de Controle foi removido, sendo substituído pelo aplicativo Configurações.
  - (E) Arquivos enviados para a Lixeira são excluídos permanentemente e não podem ser restaurados.
20. O servidor João trabalha em um órgão do Poder Judiciário e precisa redigir uma minuta de decisão judicial em colaboração com outros dois colegas da unidade. Além disso, deverá armazenar documentos sensíveis com controle de acesso, agendar reuniões virtuais com partes externas e organizar uma planilha com prazos processuais. Dado que o órgão utiliza a plataforma *Google Workspace* institucional, a ação correta e adequada ao uso dessa plataforma é:
- (A) O agendamento de reuniões virtuais com partes externas deve ser feito exclusivamente por meio do WhatsApp, pois o *Google Workspace* não permite convites para usuários fora do domínio.
  - (B) João deve evitar o uso do recurso *Google Docs*, já que o uso de nuvem é inseguro, mesmo sendo fornecido institucionalmente.
  - (C) João deve enviar a minuta por *e-mail* em anexo a cada colega para que façam alterações separadamente e depois consolidar manualmente os documentos.
  - (D) João deve utilizar o *Google Drive* pessoal, já que o institucional tem acesso limitado, para armazenar documentos sensíveis.
  - (E) João pode usar o *Google Docs* para redigir a minuta colaborativamente em tempo real, armazená-la no Drive institucional com controle de acesso, agendar a reunião pelo *Google Agenda* e usar o *Google Sheets* para organizar os prazos.



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Contabilidade Geral

21. Os Balanços Patrimoniais de uma empresa, em 31/12/2023 e 31/12/2024, são apresentados a seguir:

**Balanços Patrimoniais em 31/12/2023 e 31/12/2024**

(valores em reais)

| ATIVO                         | 31/12/23         | 31/12/24         | PASSIVO                      | 31/12/23         | 31/12/24         |
|-------------------------------|------------------|------------------|------------------------------|------------------|------------------|
| <b>Ativo circulante</b>       | <b>720.000</b>   | <b>1.023.000</b> | <b>Passivo circulante</b>    | <b>600.000</b>   | <b>720.000</b>   |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 120.000          | 303.000          | Fornecedores                 | 360.000          | 174.000          |
| Valores a receber de Clientes | 360.000          | 270.000          | Empréstimos                  | 240.000          | 354.000          |
| Estoques                      | 240.000          | 420.000          | Impostos a pagar             | -                | 96.000           |
| Seguros antecipados           | -                | 30.000           | Dividendos a pagar           | -                | 96.000           |
| <b>Ativo não circulante</b>   | <b>903.000</b>   | <b>1.149.000</b> | <b>Patrimônio Líquido</b>    | <b>1.023.000</b> | <b>1.452.000</b> |
| <b>Investimentos</b>          | <b>84.000</b>    | <b>129.000</b>   | Capital                      | 900.000          | 900.000          |
| <b>Imobilizado</b>            |                  |                  | Reservas de Lucros           | 123.000          | 552.000          |
| Veículos                      | 564.000          | 1.020.000        |                              |                  |                  |
| Terreno                       | 255.000          | -                |                              |                  |                  |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>         | <b>1.623.000</b> | <b>2.172.000</b> | <b>TOTAL DO PASSIVO + PL</b> | <b>1.623.000</b> | <b>2.172.000</b> |

A Demonstração do Resultado da mesma empresa para o ano 2024 é a seguinte:

| <b>Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2024 a 31/12/2024 (valores em reais)</b> |                  |
|--|------------------|
| Receitas de Vendas   | 2.160.000        |
| (-) Custo das Mercadorias Vendidas   | (990.000)        |
| <b>(=) Resultado com Mercadorias</b>   | <b>1.170.000</b> |
| (-) Despesas Operacionais  |                  |
| • Depreciação  | (126.000)        |
| • Outras Despesas  | (588.000)        |
| (+) Resultado de Equivalência Patrimonial  | 45.000           |
| <b>(=) Resultado antes dos Efeitos Financeiros</b>                                     | <b>501.000</b>   |
| (-) Despesas Financeiras   | (24.000)         |
| <b>(=) Resultado após os Efeitos Financeiros</b>                                       | <b>477.000</b>   |
| (+) Lucro na Venda de Terreno  | 144.000          |
| <b>(=) Resultado antes dos Impostos</b>  | <b>621.000</b>   |
| (-) Despesa com Imposto de Renda   | ( 96.000)        |
| <b>(=) Resultado Líquido</b>   | <b>525.000</b>   |

Durante o ano de 2024, a empresa não efetuou qualquer pagamento referente aos empréstimos (nem principal, nem despesas financeiras).

O valor correspondente ao Caixa das Atividades Operacionais gerado pela empresa em 2024 foi, em reais,

- (A) 306.000.
- (B) 420.000.
- (C) 606.000.
- (D) 582.000.
- (E) 276.000.

22. Uma máquina foi adquirida no dia 15/05/2023 e a empresa incorreu nos seguintes gastos pagos à vista:

- Valor pago ao vendedor da máquina ..... R\$ 10.000.000
- Valor gasto para instalação e customização da máquina ..... R\$ 800.000

A máquina começou a ser utilizada no dia 01/07/2023, a empresa tem como política a substituição após 10 anos e o valor residual estimado para sua venda no final desta vida útil era R\$ 3.000.000. Para a desmontagem e desinstalação da máquina, no final do 10º ano, a empresa estima que gastará R\$ 1.320.000 e a taxa de juros vigente para a empresa na data da aquisição era 10% para o prazo de 10 anos. Tendo em vista que a máquina funciona ininterruptamente, a empresa calcula a despesa de depreciação pelo método das cotas constantes. A despesa de depreciação evidenciada pela empresa na Demonstração do Resultado de 2023, exclusivamente para esta máquina, foi, em reais,

- (A) 456.000.
- (B) 540.000.
- (C) 500.000.
- (D) 450.000.
- (E) 350.000.



23. Em 20/10/2021, a empresa *Negociamos Qualquer Coisa S.A.* adquiriu mercadorias para revenda e pagou os seguintes valores:

- Para o vendedor das mercadorias ..... R\$ 650.000,00
- Para a transportadora que levou as mercadorias até seu depósito ..... R\$ 30.000,00

O valor total dos tributos recuperáveis incluídos nos valores pagos era R\$ 80.000,00 e dos tributos não recuperáveis era R\$ 50.000,00.

Em 22/12/2021, a empresa vendeu 90% das mercadorias que haviam sido adquiridas em 20/10/2021, nas seguintes condições:

- Vendas à vista ..... R\$ 700.000,00
- Vendas a prazo ..... R\$ 600.000,00
- Prazo para recebimento das vendas a prazo em uma única parcela ..... 24 meses

A empresa praticava, na data da venda, a taxa de juros de 0,736% ao mês, que equivale a 20% no prazo de 2 anos. Os impostos incidentes sobre a venda total foram R\$ 180.000,00.

A empresa pagou R\$ 13.500,00 de comissão para seus vendedores e R\$ 21.000,00 para a transportadora que fez a entrega das mercadorias vendidas aos seus clientes. O lucro bruto apurado pela empresa *Negociamos Qualquer Coisa S.A.*, especificamente em relação à compra e venda das mercadorias citadas, foi, em reais,

- (A) 445.500,00.
- (B) 580.000,00.
- (C) 480.000,00.
- (D) 525.000,00.
- (E) 466.500,00.

24. A tabela a seguir apresenta as características e a forma de mensuração definida por uma empresa para três aplicações financeiras que foram realizadas no dia 01/12/2023:

| Valor Aplicado (R\$) | Data de resgate do título | Mensuração definida pela empresa                                     | Taxa de juros (% ao mês) | Valor Justo em 31/12/2023 (R\$) |
|----------------------|---------------------------|--|--------------------------|---------------------------------|
| 600.000              | 01/07/2024                | Mensuração ao custo amortizado.                                      | 1,8% a.m.                | 615.000                         |
| 800.000              | 01/01/2025                | Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. | 1,9% a.m.                | 816.000                         |
| 700.000              | 01/02/2026                | Mensuração ao valor justo por meio do resultado.                     | 1,7% a.m.                | 710.000                         |

O valor total das três aplicações apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2023, foi, em reais,

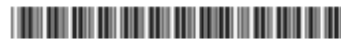
- (A) 2.136.800.
- (B) 2.138.700.
- (C) 2.141.000.
- (D) 2.137.900.
- (E) 2.136.000.

25. Um ativo intangível foi adquirido em 30/06/2022 por R\$ 3.000.000 e tinha vida útil definida em 20 anos. Em 31/12/2023 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment") com as seguintes informações disponíveis:

- Valor em uso..... R\$ 2.800.000
- Valor justo líquido de despesas de venda ..... R\$ 2.100.000

Sabendo que a empresa utiliza o método das cotas constantes para cálculo da amortização, o saldo contábil do ativo intangível evidenciado pela empresa, no Balanço Patrimonial de 31/12/2023, deveria ser, em reais,

- (A) 2.100.000.
- (B) 2.775.000.
- (C) 3.000.000.
- (D) 2.700.000.
- (E) 2.800.000.



26. A partir das demonstrações financeiras de uma empresa foram obtidas as seguintes informações referentes ao exercício de 2023, com valores expressos em reais:

|   |           |
|---|-----------|
| ▪ Aumento do capital social .....   | 9.000.000 |
| ▪ Resultado líquido do exercício .....  | 6.300.000 |
| ▪ Dividendos Distribuídos .....   | 1.890.000 |
| ▪ Ajuste ao valor justo de ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes (valor positivo líquido de tributos) ..... | 720.000   |
| ▪ Perdas na conversão de demonstrações contábeis de empresa no exterior .....   | 900.000   |
| ▪ Lucro na alienação de ativos intangíveis .....  | 450.000   |

Na Demonstração do Resultado Abrangente referente ao exercício de 2023, o valor do resultado abrangente apurado foi, em reais:

- (A) 4.680.000.
- (B) 7.020.000.
- (C) 4.230.000.
- (D) 6.120.000.
- (E) 6.570.000.

27. No Balanço Patrimonial da empresa *Calças e Camisas S.A.*, em 31/12/2023, o valor contábil do Patrimônio Líquido evidenciado era R\$ 140.000.000. Nesta mesma data, o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era R\$ 185.000.000, e a diferença entre o valor justo e o valor contábil do Patrimônio Líquido correspondia à variação entre o custo contabilizado e o valor justo de alguns terrenos.

A empresa *Roupas Completas S.A.* adquiriu sessenta por cento (60%) das ações da empresa *Calças e Camisas S.A.* pagando o valor de R\$ 102.000.000 e passando a deter seu controle.

As seguintes informações, referentes ao período de 01/01/2024 a 31/12/2024, são conhecidas sobre a empresa *Calças e Camisas S.A.*:

|   |                |
|---|----------------|
| ▪ Lucro líquido de 2024.....                          | R\$ 15.000.000 |
| ▪ Distribuição e pagamento de dividendos em 2024..... | R\$ 7.500.000  |

A empresa *Roupas Completas S.A.* registrou:

- (A) no resultado do ano de 2024, o resultado de equivalência patrimonial no valor de R\$ 4.500.000.
- (B) na conta Investimentos, no ativo não circulante, o valor de R\$ 18.000.000 como ágio por expectativa de rentabilidade futura na data da aquisição.
- (C) na conta Investimentos, no ativo não circulante, o valor de R\$ 102.000.000 na data da aquisição.
- (D) na conta Investimentos, no ativo não circulante, o valor de R\$ 84.000.000 na data da aquisição.
- (E) resultado positivo de R\$ 9.000.000, na data da aquisição.

28. A tabela a seguir apresenta os processos a que uma empresa está respondendo, identificando a probabilidade de perda definida pela empresa para cada um e os valores estimados a serem desembolsados. A análise e os valores se referem a 31/12/2023:

| Processo             | Montante Estimado (R\$) | Probabilidade Perda |
|----------------------|-------------------------|---------------------|
| Processo Cível       | 7.400.000               | Provável            |
| Processo Trabalhista | 4.000.000               | Possível            |
| Processo Fiscal 1    | 8.800.000               | Provável            |
| Processo Fiscal 2    | 4.600.000               | Possível            |
| Processo Ambiental   | 3.200.000               | Remota              |

De acordo com o que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o valor que deveria ser contabilizado pela empresa no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2023, era, em reais:

- (A) 16.200.000.
- (B) 11.800.000.
- (C) 28.000.000.
- (D) 8.600.000.
- (E) 24.800.000.



29. A empresa *Produtos Especiais S.A.* apresentou, para o ano de 2023, a seguinte Demonstração do Resultado, com os valores expressos em reais.

| Produtos Especiais S.A.                             |                  |
|---|------------------|
| Demonstração do Resultado – 01/01/2023 a 31/12/2023 |                  |
| Receita Bruta de Vendas .....                       | 1.920.000        |
| (-) Impostos sobre vendas .....                     | ( 440.000)       |
| (=) <b>Receita Líquida</b> .....                    | <b>1.480.000</b> |
| (-) Custo das Mercadorias Vendidas .....            | ( 600.000)       |
| (=) <b>Lucro Bruto</b> .....                        | <b>880.000</b>   |
| (-) Despesas operacionais                           |                  |
| Depreciação .....                                   | ( 140.000)       |
| Pessoal   |                  |
| Salários .....                                      | ( 80.000)        |
| INSS (parcela da empresa) .....                     | ( 16.000)        |
| FGTS sobre salários .....                           | ( 6.400)         |
| (=) <b>Lucro antes dos impostos</b> .....           | <b>637.600</b>   |
| (-) Despesa com Impostos sobre o Lucro .....        | ( 141.600)       |
| (=) <b>Lucro Líquido</b> .....                      | <b>496.000</b>   |

O valor do INSS retido dos funcionários que estava incluído nas despesas com salários era R\$ 9.600 e o valor dos tributos recuperáveis que estavam incluídos nos valores das compras, referentes aos produtos que foram vendidos em 2023, totalizava R\$ 108.000.

O valor adicionado gerado pela empresa *Produtos Especiais S.A.* e a parcela deste valor adicionado destinado ao governo, referentes ao ano de 2023, foram, respectivamente, em reais,

- (A) 1.072.000 e 604.000.  
(B) 1.212.000 e 499.200.  
(C) 1.072.000 e 499.200.  
(D) 1.212.000 e 604.000.  
(E) 1.180.000 e 499.200.

30. Um empréstimo foi obtido por uma empresa para ser liquidado em parcelas anuais de mesmo valor e as condições negociadas com a instituição financeira foram as seguintes:

|  |                   |
|--|-------------------|
| ▪ Valor do empréstimo .....              | R\$ 32.000.000,00 |
| ▪ Data do empréstimo .....               | 31/12/2022        |
| ▪ Taxa de juros compostos pactuada ..... | 10% ao ano        |
| ▪ Prazo do contrato .....                | 6 anos            |
| ▪ Valor das parcelas anuais .....        | R\$ 7.347.436,17  |

Para a obtenção do empréstimo, a empresa pagou, na data de início do prazo, custos de transação no valor total de R\$ 960.000,00, fazendo com que a taxa de custo efetivo do empréstimo fosse a 11% ao ano.

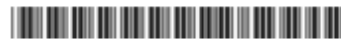
Em relação a este empréstimo, exclusivamente, o

- (A) impacto total no passivo, na data da obtenção do empréstimo, foi R\$ 32.000.000,00.  
(B) saldo total apresentado nas contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2023 foi R\$ 27.106.963,83.  
(C) valor dos encargos financeiros contabilizados em 2023 foi R\$ 7.347.436,17.  
(D) valor dos encargos financeiros contabilizados em 2023 foi R\$ 3.200.000,00.  
(E) saldo contábil total apresentado nas contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2023 foi R\$ 27.852.563,83.

#### Contabilidade Aplicada ao Setor Público

31. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o gasto com atividades voltadas à geração de novo conhecimento em uma entidade pública, quando classificados como gasto com pesquisa de criação de ativo intangível gerado internamente, deve ser reconhecido como

- (A) variação patrimonial diminutiva quando incorridos.  
(B) despesa orçamentária de capital, uma vez que se trata de criação de ativo.  
(C) investimento, uma vez que representa um esforço para melhoria organizacional da entidade.  
(D) ativo intangível e exposto no Quadro Principal do Balanço Patrimonial.  
(E) ativo intangível e exposto como Ativo Permanente no Quadro dos Ativos Financeiros e Permanentes.



32. Quanto aos elementos das demonstrações contábeis, a NBC TSP Estrutura Conceitual determina que
- (A) a inscrição de restos a pagar não processados origina um passivo.
  - (B) o recebimento antecipado de tributos origina um passivo.
  - (C) o empenho de despesa para a aquisição de veículos origina um passivo.
  - (D) a obtenção do principal de uma operação de crédito origina uma receita.
  - (E) o pagamento de despesa referente à aquisição de material de consumo origina uma despesa.
- 
33. O resultado patrimonial referente ao exercício financeiro de 2024 de uma entidade pública, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, é impactado pelo
- (A) empenho, em 10/12/2024, de despesa com serviços de consultoria, sendo que o serviço foi integralmente prestado em janeiro de 2025.
  - (B) registro, em fevereiro de 2024, de um ajuste para corrigir erro material praticado em outubro de 2023 e identificado em fevereiro de 2024.
  - (C) lançamento de receitas correntes em novembro de 2024, que foram integralmente arrecadadas em fevereiro de 2025.
  - (D) pagamento, em 03/12/2024, de despesas com seguro de veículos, cuja vigência é de janeiro a dezembro de 2025.
  - (E) recebimento, em fevereiro de 2024, de depósito em caução, que foi integralmente devolvido em novembro de 2024.

**Atenção:** Considere as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e as seguintes informações sobre bens móveis de uma entidade pública para responder às questões de números 34 a 37.

05/12/2019: empenho de despesa pelo valor total de R\$ 127.000,00 para a aquisição dos bens móveis.

19/12/2019: recebimento integral dos bens móveis pela entidade pública e registro do crédito empenhado em liquidação pelo valor total empenhado em 05/12/2019.

09/01/2020: liquidação da despesa pelo valor total empenhado em 05/12/2019.

01/04/2020: os bens móveis foram colocados no local e em condição de funcionamento, na forma pretendida pela administração da entidade pública. Nesta data, a vida útil e o valor residual foram estimados, respectivamente, em 8 anos e R\$ 43.000,00.

01/06/2020: pagamento da despesa pelo valor total empenhado em 05/12/2019.

31/12/2024: após o reconhecimento da depreciação referente ao exercício financeiro de 2024, efetuou-se o primeiro teste de redução ao valor recuperável dos bens móveis e se constatou que o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso dos bens móveis eram, respectivamente, R\$ 75.000,00 e R\$ 79.500,00.

34. Considerando que a entidade pública utiliza o método linear de depreciação para os bens móveis, a entidade pública
- (A) apresentou, em 31/12/2021, R\$ 10.500,00 em conta contábil da classe 1 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público referente à depreciação acumulada dos bens móveis.
  - (B) apresentou, em 31/12/2021, R\$ 18.375,00 em conta contábil da classe 1 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público referente à depreciação acumulada dos bens móveis.
  - (C) registrou R\$ 10.500,00 em conta contábil da classe 3 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público de depreciação dos bens móveis referente ao exercício financeiro de 2020.
  - (D) registrou R\$ 10.500,00 em conta contábil da classe 4 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público de depreciação dos bens móveis referente ao exercício financeiro de 2020.
  - (E) registrou R\$ 15.875,00 em conta contábil da classe 3 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público de depreciação dos bens móveis referente ao exercício financeiro de 2021.

35. Com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, o registro contábil da transação ocorrida em
- (A) 05/12/2019 deve ser efetuado por meio de contas contábeis da classe 8.
  - (B) 01/06/2020 deve ser efetuado por meio de contas contábeis da natureza de informação de resultado.
  - (C) 05/12/2019 deve ser efetuado por meio de contas contábeis das classes 5 e 6.
  - (D) 01/06/2020 deve ser efetuado por meio de contas contábeis da natureza de informação financeira.
  - (E) 09/01/2020 deve ser efetuado por meio de contas contábeis das classes 1 e 2.

36. Considerando que a entidade pública utiliza o método linear de depreciação para os bens móveis e o modelo do custo para a mensuração após o reconhecimento, o valor líquido contábil dos bens móveis em 31/12/2024, após o reconhecimento da depreciação referente ao exercício financeiro de 2024 e da realização do teste de redução ao valor recuperável dos bens, é de
- (A) R\$ 79.500,00.
  - (B) R\$ 127.000,00.
  - (C) R\$ 84.000,00.
  - (D) R\$ 77.125,00.
  - (E) R\$ 75.000,00.



37. Quanto às demonstrações contábeis da entidade pública, o valor total de R\$ 127.000,00 deve integrar o saldo exposto como
- (A) Fluxo de Caixa de Investimento da Demonstração dos Fluxos de Caixa de 31/12/2019, elaborada pelo método direto.
  - (B) Ativo Permanente e Passivo Financeiro no Quadro Principal do Balanço Patrimonial de 31/12/2019.
  - (C) Variação Patrimonial Quantitativa na Demonstração das Variações Patrimoniais referente ao exercício financeiro de 2020.
  - (D) Despesa de Capital Paga no Quadro Principal do Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2020.
  - (E) Despesa Orçamentária e Recebimentos Extraorçamentários no Balanço Financeiro referente ao ano de 2019.
- 
38. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, uma variação patrimonial
- (A) quantitativa decorre do registro de ativo contingente referente a uma reivindicação por meio de processo judicial cujo resultado é incerto.
  - (B) qualitativa dependente da execução orçamentária decorre da inscrição de restos a pagar não processados referente à aquisição de estoques.
  - (C) quantitativa independente da execução orçamentária decorre da reversão integral de provisão para riscos trabalhistas.
  - (D) qualitativa independente da execução orçamentária decorre da apropriação de férias em conformidade com o regime de competência.
  - (E) qualitativa dependente da execução orçamentária decorre do recebimento de dinheiro em doação, sem condições atreladas à doação.
- 
39. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, tem-se
- (A) passivo permanente total de R\$ 6.000,00, quando a dotação atualizada da despesa totaliza R\$ 560.000,00 e as despesas empenhadas e pagas totalizam, respectivamente, R\$ 552.000,00 e R\$ 546.000,00.
  - (B) economia orçamentária total de R\$ 14.000,00, quando a dotação atualizada da despesa totaliza R\$ 560.000,00 e as despesas empenhadas e pagas totalizam, respectivamente, R\$ 552.000,00 e R\$ 546.000,00.
  - (C) inscrição de restos a pagar processados total de R\$ 5.000,00, quando as despesas empenhadas, liquidadas e pagas totalizam, respectivamente, R\$ 552.000,00, R\$ 547.000,00 e R\$ 546.000,00.
  - (D) ativo permanente total de R\$ 561.000,00, quando a previsão atualizada da receita totaliza R\$ 560.000,00 e as receitas lançadas e realizadas totalizam, respectivamente, R\$ 214.000,00 e R\$ 561.000,00.
  - (E) superávit de execução orçamentária de R\$ 9.000,00, quando a receita realizada totaliza R\$ 561.000,00 e as despesas empenhadas e pagas totalizam, respectivamente, R\$ 552.000,00 e R\$ 546.000,00.
- 
40. A NBC TSP 34 recomenda a utilização
- (A) do método de custeio por absorção integral quando o objetivo é comparar os custos de diferentes objetos de custos finais.
  - (B) do método de custeio baseado em atividades por entidades públicas cuja atribuição dos custos indiretos aos objetos de custos for irrelevante.
  - (C) do método de custeio por absorção parcial por entidades públicas com menor grau de maturidade em seus modelos de custos.
  - (D) de direcionadores de custos para estabelecer a relação de causa e efeito para alocação de custos diretos aos objetos de custos finais.
  - (E) do sistema de acumulação contínua para a atribuição de custos de investimentos, tais como os custos da construção de um bem imóvel.
- 

#### Contabilidade Tributária

41. De acordo com o Código Tributário Brasileiro (CTN), o tributo
- (A) é constituído pela penalização da prática de ato ilícito.
  - (B) está sob a guarda do princípio da reserva legal.
  - (C) é cobrado por meio de atividade legislativa plenamente vinculada.
  - (D) é prestação pecuniária discricionária.
  - (E) pode ser pago por meio de atividades compensatórias, como, por exemplo, prestação de bens ou serviços *in natura* ou *in Labore*.



42. De acordo com a Instrução Normativa RFB nº 2043/2021, que trata da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), considere:
- I. A EFD-Reinf deverá ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e será considerada válida após a confirmação de recebimento e validação de seu conteúdo.
  - II. Na ausência de fatos a serem informados no período de apuração, os obrigados legais ficam dispensados de apresentar a EFD-Reinf relativa ao respectivo período.
  - III. A multa mínima a ser aplicada será de R\$ 1.000,00 se o sujeito passivo deixar de apresentar a escrituração no prazo fixado ou apresentá-la com incorreções ou omissões.
  - IV. As associações desportivas que mantêm equipe de futebol profissional estão dispensadas da apresentação da EFD-Reinf por expressa disposição legal.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e IV.
  - (B) I e IV.
  - (C) I e II.
  - (D) I e III.
  - (E) II e III.

43. Analise as situações hipotéticas abaixo sob o prisma dos conceitos dos tributos, identificando quais espécies de tributos melhor se adequam aos cenários fictícios. Tratando-se de cenários fictícios, não leve em consideração a possibilidade jurídica de instituição efetiva do tributo no Brasil.

Situação I: um município brasileiro implantou um sistema eletrônico para monitorar o tráfego de veículos em seu perímetro urbano. Para custear esse sistema, editou lei instituindo cobrança de valor obrigatório dos proprietários de veículos registrados no município. A obrigação não está vinculada à nenhuma atividade específica do município em relação ao contribuinte, mas sim à condição de proprietário de veículo automotor.

Situação II: um estado brasileiro instituiu por meio de lei cobrança obrigatória decorrente do exercício regular de fiscalização das condições sanitárias de bares e restaurantes localizados em seu território. A cobrança é realizada quando o órgão competente do estado efetua a vistoria anual ou quando há denúncias de irregularidades nesses estabelecimentos.

Situação III: um município realizou obras de pavimentação em determinado bairro, ocasionando valorização imobiliária dos imóveis vizinhos. A prefeitura, mediante lei, instituiu cobrança compulsória dos proprietários dos imóveis valorizados, estabelecendo como limite total o valor da despesa realizada com a obra pública e como limite individual o acréscimo de valor que a obra resultou para cada imóvel beneficiado.

Sobre as situações descritas e considerando os conceitos e características das espécies tributárias, a situação

- (A) I descreve uma contribuição de intervenção no domínio econômico; a situação II caracteriza um imposto; e a situação III refere-se a uma contribuição de melhoria.
  - (B) I caracteriza um imposto; a situação II refere-se a uma contribuição especial; e a situação III descreve uma taxa.
  - (C) I refere-se à instituição de um imposto; a situação II trata de uma taxa; e a situação III caracteriza uma contribuição de melhoria.
  - (D) I caracteriza uma taxa; a situação II refere-se a uma contribuição especial; e a situação III descreve um imposto.
  - (E) I refere-se a uma contribuição de interesse das categorias econômicas; a situação II trata de uma taxa; e a situação III caracteriza uma contribuição de melhoria.
44. A Lei Complementar nº 123/2006 lista uma série de tipos de pessoas jurídicas que não podem se beneficiar do tratamento jurídico previsto por esta Lei Complementar. Considere:
- I. De cujo capital participe de outra pessoa jurídica.
  - II. Que seja filial de pessoa jurídica com sede no exterior.
  - III. Constituída sob a forma de cooperativas, exceto as de consumo.
  - IV. Constituída sob a forma de sociedades por ações.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II, III e IV.
  - (B) IV, apenas.
  - (C) I, apenas.
  - (D) I e II, apenas.
  - (E) I, II e III, apenas.



45. A empresa *Tribunal Contábil S.A.* vivenciou os seguintes fatos:
1. Em dezembro de 2023, a empresa deixou de reconhecer uma receita de R\$ 500.000,00 proveniente de vendas já concretizadas, registrando-a apenas em janeiro de 2024.
  2. Em março de 2024, a empresa antecipou o registro de uma despesa de R\$ 300.000,00 referente a serviços que só seriam efetivamente prestados em abril de 2024.
  3. Em junho de 2024, a empresa registrou um custo de R\$ 200.000,00 que, na verdade, só seria incorrido em julho de 2024.
  4. Em setembro de 2024, a empresa deixou de registrar um rendimento de R\$ 100.000,00 que havia recebido, registrando-o apenas em outubro de 2024.

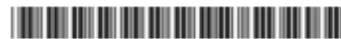
Considerando o disposto no Regulamento do Imposto de Renda:

- (A) Nas situações 3 e 4, ainda que configurada a postergação do imposto, não haverá cobrança de multa de mora e juros de mora, pois o § 2º do art. 285 exclui expressamente tais cobranças quando a inexatidão se refere ao período de competência.
- (B) Na situação 4, caso seja realizado o lançamento de diferença de imposto, este deverá ser feito pelo valor bruto do rendimento não registrado, sem compensação com eventual diminuição do imposto em outro período de apuração.
- (C) Em todas as situações descritas, haverá fundamento para lançamento de imposto, diferença de imposto ou multa, independentemente de haver postergação do pagamento do imposto ou redução indevida do lucro real.
- (D) Na situação 1, não há fundamento para lançamento, pois a empresa apenas adiou o reconhecimento da receita para o mês seguinte, não caracterizando postergação de imposto para período de apuração posterior, uma vez que janeiro de 2024 está no mesmo período de apuração que dezembro de 2023.
- (E) Na situação 2, caso a empresa apure o imposto trimestralmente, haverá fundamento para lançamento, pois a antecipação da despesa reduziu indevidamente o lucro real do primeiro trimestre de 2024, enquadrando-se no inciso II do art. 285.

46. Sobre o regime tributário brasileiro, está INCORRETO afirmar que:
- (A) As vendas canceladas não constituem base de cálculo para o PIS/PASEP e a COFINS.
  - (B) As cooperativas de crédito estão sujeitas ao PIS e COFINS sob o regime não cumulativo.
  - (C) No regime de tributação não cumulativa de PIS/COFINS, em regra, não darão direito ao crédito os valores decorrentes de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.
  - (D) A contribuição para o PIS incidente sobre a importação de bens ou serviços terá como contribuinte na qualidade de sujeito passivo da obrigação principal o beneficiário do serviço, se o contratante for residente ou domiciliado no exterior.
  - (E) A CIDE relativa à importação de petróleo e seus derivados pode ser destinada ao financiamento de projetos ambientais relacionados à indústria desse produto.

#### Noções de Auditoria Governamental

47. De acordo com as disposições da NBC TI 01 – Da Auditoria Interna, analise as afirmativas sobre os objetivos, procedimentos e características da atividade de auditoria:
- (A) A análise dos riscos da Auditoria Interna deve ocorrer apenas na fase de conclusão dos trabalhos, focando exclusivamente na possibilidade de o auditor não ter detectado fraudes significativas, desconsiderando limitações de escopo ou complexidade das operações.
  - (B) Deve obrigatoriamente assessorar a administração na prevenção de fraudes e erros, mas a comunicação sobre indícios ou confirmações de irregularidades deve ser feita verbalmente ao superior imediato, para manter a celeridade do processo.
  - (C) O relatório da Auditoria Interna deve ser direcionado exclusivamente ao mais alto nível hierárquico da entidade, como o Conselho de Administração ou a Presidência, e deve abster-se de comentar sobre a metodologia adotada ou eventuais limitações ao alcance dos trabalhos.
  - (D) Tem como finalidade agregar valor ao resultado da organização, fornecendo subsídios para o aperfeiçoamento dos processos e controles internos. Baseia-se em procedimentos técnicos, objetivos, sistemáticos e disciplinados, comunicando suas conclusões e recomendações à administração.
  - (E) Os papéis de trabalho da Auditoria Interna, embora importantes, não precisam evidenciar o planejamento realizado nem a extensão dos procedimentos aplicados, bastando que registrem as não conformidades encontradas e as recomendações propostas.



48. De acordo com as normas de auditoria governamental, os relatórios de auditoria devem possuir características essenciais como clareza, precisão, imparcialidade, objetividade e concisão, entre outras. O estabelecimento dessas exigências para a forma e o conteúdo dos relatórios tem como principal objetivo:
- (A) Atender a um requisito meramente formal do processo de auditoria, focando na estrutura mínima obrigatória (NAG 4706) sem grande preocupação com o impacto ou a utilidade prática da informação para a gestão pública ou sociedade.
  - (B) Garantir que as constatações, conclusões e recomendações sejam comunicadas de forma eficaz e compreensível aos usuários, subsidiando a tomada de decisões e preservando a credibilidade do trabalho de auditoria.
  - (C) Padronizar a linguagem técnica utilizada, dificultando a compreensão por leigos, mas assegurando o rigor científico e a comparabilidade exclusivamente entre os diferentes Tribunais de Contas.
  - (D) Proteger legalmente o Tribunal de Contas e o auditor de possíveis contestações futuras por parte do ente auditado, utilizando, para isso, uma linguagem propositalmente ambígua e evitando conclusões diretas.
  - (E) Enfatizar apenas os aspectos positivos encontrados durante a auditoria e as soluções construtivas, omitindo deliberadamente achados negativos ou irregularidades para facilitar a aceitação do relatório pela administração auditada.
- 
49. Considerando as normas sobre auditoria governamental, considere as afirmativas a seguir sobre as finalidades e objetivos da auditoria governamental:
- I. A auditoria governamental tem como objetivo exclusivo detectar erros, fraudes e outras irregularidades, sendo esta sua principal finalidade no âmbito do controle externo.
  - II. Ao realizar auditorias governamentais, os Tribunais de Contas têm entre seus objetivos específicos a avaliação dos resultados dos programas de governo sob os aspectos de efetividade e equidade.
  - III. O objetivo da adoção de um conjunto de normas de auditoria governamental é estabelecer um padrão nacional de atuação das diversas equipes de trabalho de cada Tribunal de Contas.
  - IV. Uma das finalidades das Normas de Auditoria Governamental é contribuir para a melhoria dos processos e resultados da Administração Pública.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II, III e IV.
  - (B) I, III e IV.
  - (C) I e II.
  - (D) II e III.
  - (E) I e IV.
- 
50. A NBC TI 01 – Da Auditoria Interna denomina o documento pelo qual a Auditoria Interna apresenta o resultado dos seus trabalhos, devendo ser redigido com objetividade e imparcialidade para expressar suas conclusões, recomendações e providências a serem tomadas pela administração da entidade, como:
- (A) Processamento Eletrônico de Dados (PED).
  - (B) Teste Substantivo.
  - (C) Papéis de Trabalho.
  - (D) Planejamento da Auditoria.
  - (E) Relatório da Auditoria Interna.
- 
51. De acordo com as normas de auditoria governamental, a abrangência da atuação da auditoria governamental é caracterizada por:
- (A) Priorizar unicamente a avaliação da economicidade e eficiência no uso dos recursos (auditoria operacional), considerando os aspectos de conformidade legal e fidedignidade contábil como secundários e abordados apenas se houver indícios de fraude.
  - (B) Limitar-se à verificação da adequação do sistema de controles internos (SCI) e ao exame documental dos processos, sem abranger a avaliação de políticas, programas, ou a análise de resultados e impactos das ações governamentais.
  - (C) Ser ampla e integrada, englobando tanto as auditorias de regularidade (que verificam aspectos contábeis, financeiros, orçamentários e de cumprimento legal) quanto as auditorias operacionais (que avaliam o desempenho segundo critérios como economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade), aplicáveis a diversas entidades e programas da Administração Pública.
  - (D) Focar-se exclusivamente na auditoria de regularidade, verificando a conformidade legal e a correção dos registros contábeis, orçamentários e financeiros, sem adentrar na análise de desempenho ou resultados de políticas públicas, que são de competência exclusiva da gestão.
  - (E) Restringir-se às entidades da Administração Direta Federal, excluindo órgãos estaduais, municipais, empresas estatais e entidades privadas que gerenciam recursos públicos, concentrando-se primordialmente nos aspectos formais de legalidade.
- 
52. A principal atividade realizada na fase de execução dos trabalhos de auditoria governamental é:
- (A) O monitoramento da implementação das recomendações e determinações feitas em auditorias anteriores.
  - (B) A supervisão contínua da equipe e a revisão final dos trabalhos para garantir a qualidade.
  - (C) A definição da estratégia, do escopo, dos prazos e dos recursos necessários para a auditoria.
  - (D) A coleta e o exame de evidências, com o objetivo de fundamentar os comentários e opiniões do auditor.
  - (E) A elaboração e comunicação formal do relatório de auditoria aos usuários e partes interessadas.

**Administração Orçamentária e Financeira**

53. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal,
- (A) as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais de um ente público só serão objeto de limitação de empenho caso as demais despesas já tenham sido limitadas em pelo menos 20%.
  - (B) devem ser excluídos da fixação da programação financeira os créditos adicionais e as operações extraorçamentárias, em especial os restos a pagar.
  - (C) a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso devem ser elaborados pelo poder legislativo de um ente público em até sessenta dias após a publicação dos orçamentos.
  - (D) se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultados primário ou nominal, deverá ocorrer limitação de empenho.
  - (E) ocorrendo limitação de empenho devido à constatação de que a realização da receita não comportará o cumprimento das metas de resultados primário ou nominal estabelecidas, no caso de restabelecimento parcial da receita prevista, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma integral.
- 
54. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, para o exercício financeiro de 2025, consideram-se despesas de exercícios anteriores
- (A) as obrigações com fatos geradores que ocorreram no exercício financeiro de 2025 e válidas até o momento presente, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos gerem benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.
  - (B) as obrigações de pagamento criadas no exercício financeiro de 2024 em virtude de lei, mas somente reconhecidos os direitos dos reclamantes após o encerramento do exercício financeiro de 2024.
  - (C) as despesas pagas no exercício financeiro de 2024 ou nos exercícios anteriores e cujos fatos geradores, pelo regime de competência, pertencem ao exercício financeiro de 2025, como o consumo de materiais em estoque.
  - (D) os empenhos insubsistentes anulados no encerramento do exercício financeiro de 2023, cuja obrigação deveria ser cumprida até o exercício financeiro de 2024 e que se encontram ainda em cumprimento durante o exercício financeiro de 2025.
  - (E) as despesas regularmente empenhadas, do exercício financeiro de 2025, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro de 2025.
- 
55. A classificação por fontes ou destinações de recursos auxilia no controle das disponibilidades financeiras das entidades públicas. Acerca desse tema, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público determina que
- (A) a destinação pode ser classificada em vinculada ou livre, na qual a destinação vinculada consiste no processo de vinculação entre a categoria econômica da despesa e o respectivo elemento de despesa.
  - (B) na execução orçamentária da despesa, a fonte ou destinação de recursos estará associada às contas de controle orçamentário (classes 5 e 6 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP) e às contas do ativo financeiro (classe 1 do PCASP com atributo "P").
  - (C) o controle das disponibilidades financeiras por fonte ou destinação de recursos deve ser feito durante a execução orçamentária, não sendo pertinente realizar tal controle durante a elaboração do orçamento, porque nesta etapa não há fluxo efetivo de ingressos e dispêndios de recursos financeiros.
  - (D) o objetivo dessa classificação é identificar a origem da receita segundo o seu fato gerador, pelo regime de competência, e relacioná-la com a respectiva despesa segregada em função e subfunção para indicar em qual área de ação governamental a despesa será realizada.
  - (E) adicionalmente à identificação da fonte ou destinação de recursos, há a necessidade de identificar, no exercício corrente, os recursos que foram arrecadados nos exercícios anteriores e que não foram comprometidos, os quais podem ser utilizados como superávit financeiro.
- 
56. A Lei nº 10.180/2001 organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Apesar desses sistemas trabalharem de forma sinérgica e compartilharem indiretamente algumas finalidades, a cada um deles são atribuídas legalmente finalidades específicas. De acordo com a referida lei, o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal tem por finalidade específica
- (A) formular o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
  - (B) avaliar a ação governamental e a gestão dos administradores públicos federais.
  - (C) manter o equilíbrio financeiro do Governo Federal dentro dos limites da receita e despesa públicas.
  - (D) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual da União.
  - (E) registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial da União.



**Atenção:** Utilize as informações seguintes para responder às questões de números 57 a 60.

As informações dos Quadros 1 e 2 fazem parte das receitas e despesas referentes ao exercício financeiro de 2024 de uma entidade pública municipal. Os valores estão expressos em Reais (R\$).

**Quadro 1: Receitas da Entidade Pública Municipal**

| Receita  | Previsão Inicial | Previsão Atualizada | Receitas Realizadas |
|--|------------------|---------------------|---------------------|
| Alienação de Bens Móveis                       | 200.000          | 200.000             | 180.000             |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | 140.000          | 141.500             | 150.000             |
| Impostos                                       | 7.000.000        | 7.250.000           | 7.250.000           |
| Operações de Crédito – Mercado Interno         | 500.000          | 500.000             | 700.000             |
| Taxas  | 150.000          | 150.000             | 140.000             |
| <b>Total</b>                                   | <b>7.990.000</b> | <b>8.241.500</b>    | <b>8.420.000</b>    |

**Quadro 2: Despesas da Entidade Pública Municipal**

| Despesa  | Dotação Inicial  | Dotação Atualizada | Despesa Empenhada | Despesa Liquidada | Despesa Paga     |
|--|------------------|--------------------|-------------------|-------------------|------------------|
| Aquisição de Imóveis                           | 320.000          | 320.000            | 320.000           | 320.000           | 320.000          |
| Equipamentos e Material Permanente             | 75.000           | 80.000             | 80.000            | 80.000            | 80.000           |
| Obras e Instalações                            | 950.000          | 950.000            | 850.000           | 800.000           | 550.000          |
| Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | 45.000           | 45.000             | 30.000            | 25.000            | 20.000           |
| Serviços de Consultoria                        | 180.000          | 200.000            | 200.000           | 180.000           | 180.000          |
| Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil  | 6.420.000        | 6.420.000          | 6.420.000         | 6.420.000         | 6.420.000        |
| <b>Total</b>                                   | <b>7.990.000</b> | <b>8.015.000</b>   | <b>7.900.000</b>  | <b>7.825.000</b>  | <b>7.570.000</b> |

As receitas e despesas se referem a:

- Alienação de Bens Móveis: Venda de veículos antigos da frota municipal.
- Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado: Aluguel de imóvel público para uma empresa.
- Impostos: Valores relativos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.
- Operações de Crédito – Mercado Interno: Financiamento obtido para a realização de obras.
- Taxas: Taxas administrativas e de licenciamento.
- Aquisição de Imóveis: Compra de um terreno para futura construção de uma escola.
- Equipamentos e Material Permanente: Aquisição de computadores para uso administrativo.
- Obras e Instalações: Construção de uma Unidade Básica de Saúde.
- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: Contrato com uma empresa privada para limpeza de prédios públicos.
- Serviços de Consultoria: Contratação de serviços especializados para realizar estudo atuarial do regime próprio de previdência social do município.
- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil: Salário mensal de servidores efetivos.



57. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em 31/12/2024, a entidade pública deve realizar a inscrição de restos a pagar
- (A) não processados no valor total de R\$ 330.000.
  - (B) totais no valor total de R\$ 520.000.
  - (C) não processados no valor total de R\$ 25.000.
  - (D) processados no valor total de R\$ 75.000.
  - (E) processados no valor total de R\$ 255.000.
- 
58. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com o Manual Técnico de Orçamento, as despesas discriminadas no Quadro 2 estão apresentadas pela classificação da Despesa Orçamentária por Natureza por
- (A) Grupo de Natureza da Despesa.
  - (B) Desdobramento Facultativo do Elemento de Despesa.
  - (C) Categoria Econômica.
  - (D) Elemento de Despesa.
  - (E) Modalidade de Aplicação.
- 
59. Com base nas informações fornecidas,
- (A) a diferença positiva entre a Dotação Inicial e a Dotação Atualizada de Equipamentos e Material Permanente indica a abertura de créditos adicionais especiais.
  - (B) a diferença total positiva entre a Dotação Inicial e a Dotação Atualizada indica a necessidade de inscrição de Restos a Pagar em 31/12/2024.
  - (C) as receitas orçamentárias estão classificadas por fonte/destinação de recursos.
  - (D) a Lei Orçamentária Anual foi elaborada com equilíbrio entre receitas previstas e despesas fixadas.
  - (E) as despesas com Serviços de Consultoria devem integrar o Plano Plurianual da entidade, por serem Despesas de Capital.
- 
60. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a diferença total entre as Despesas Orçamentárias Correntes Empenhadas e as Receitas Orçamentárias de Capital Realizadas no exercício financeiro de 2024 é positiva, em reais, de
- (A) 5.850.000.
  - (B) 5.770.000.
  - (C) 5.570.000.
  - (D) 5.700.000.
  - (E) 5.620.000.



**PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO**

**Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 12: item 12.3 Na **Prova de Redação** o candidato deverá desenvolver um texto dissertativo a partir de uma única proposta, sobre assunto de interesse geral. [...] 12.7 Na **Prova de Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da **Prova de Redação** pela Banca Examinadora. 12.8 Na **Prova de Redação**, deverão ser rigorosamente observados os **limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

**Texto I**

*A onda das bonecas hiperrealistas – os chamados bebês reborn – não é recente. Há pelo menos 30 anos esses brinquedos surgiram nos Estados Unidos, com artistas transformando bonecas comuns em réplicas realistas.*

*A riqueza de detalhes das artesãs, também chamadas de “cegonhas”, faz com que uma boneca possa chegar a quase R\$ 10 mil no Brasil. Nas redes sociais, mulheres aparecem trocando roupinhas de seus bebês reborn, dando mamadeira, levando para passear e algumas até os levam a hospitais.*

(Adaptado de: Folha de S. Paulo. Bebê reborn: como a psicanálise explica nova onda? Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>)

**Texto II**

*Vivemos tempos em que a fronteira entre fantasia e realidade está cada vez mais diluída. Criamos versões editadas de nós mesmos nas redes, montamos cenários para exibir afetos, performamos relações. Não estamos apenas confundindo fantasia com realidade. Estamos desejando relações com aquilo que não sente, não responde, não escapa de nós. Com aquilo que pode ser desligado, deletado, reiniciado.*

*O bebê reborn está ali. Parado. Imóvel. E, ainda assim, é cuidado como se fosse real. Não responde. Não sente. Não cresce. E talvez seja justamente por isso que tanta gente o tenha escolhido. Não por loucura, mas por tentativa. Tentativa de encenar o cuidado num tempo em que as relações reais parecem, para muitos, assustadoras ou distantes demais.*

(Adaptado de: GEHM, Tauane. Bebês reborn: o que há por trás do espanto? Veja Saúde. Disponível em: <https://saude.abril.com.br>)

Com base nos textos I e II apresentados, redija um texto dissertativo-argumentativo, refletindo sobre o tema:

**O esvaziamento da experiência real no mundo contemporâneo.**

|    |  |
|----|--|
| 01 |  |
| 02 |  |
| 03 |  |
| 04 |  |
| 05 |  |
| 06 |  |
| 07 |  |
| 08 |  |
| 09 |  |
| 10 |  |
| 11 |  |
| 12 |  |
| 13 |  |



|    |  |
|----|--|
| 14 |  |
| 15 |  |
| 16 |  |
| 17 |  |
| 18 |  |
| 19 |  |
| 20 |  |
| 21 |  |
| 22 |  |
| 23 |  |
| 24 |  |
| 25 |  |
| 26 |  |
| 27 |  |
| 28 |  |
| 29 |  |
| 30 |  |

RASCUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO